

Carta de Justificação do Pai – Motivações da Mudança de Residência

Lisboa, 15 de fevereiro de 2026

Exmo. Sr. Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Processo n.º 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais – Menor de 8 anos

Autor/Requerente: Maria da Conceição Silva

Réu/Requerido: José António Pereira

1. Identificação do Requerente

Nome	José António Pereira
NIF	213 456 789
Morada Atual	Rua da Boavista, n.º 45, 3.º Esq., 1200-105 Lisboa
Contacto	Tel.: 913 456 789
Profissão	Engenheiro de Telecomunicações (empregado da empresa Telecomunicações Lusitânicas, S.A.)

2. Exposição dos Factos

- Transferência Profissional** – No dia **30 de novembro de 2025**, a empresa **Telecomunicações Lusitânicas, S.A.**, onde exerço a função de Engenheiro de Redes, comunicou-me a necessidade de realocação para a sua filial de **Porto**, a fim de liderar o projeto “5G-North”. A decisão foi motivada por razões estratégicas e não foi objeto de negociação. O contrato de trabalho foi formalmente alterado em **15 de dezembro de 2025**, com início de funções previsto para **1 de março de 2026**.
- Oferta de Emprego Superior** – Paralelamente, recebi, em **10 de dezembro de 2025**, uma proposta de trabalho da empresa **TechNova Solutions, Lda.**, sediada em **Porto**, para o cargo de **Chefe de Projeto de Infraestruturas de Comunicação**, com remuneração anual de **€85 000**, superior à que percebo atualmente (**€62 000**). A proposta inclui benefícios de apoio à habitação e à educação da menor, o que se revela determinante para a estabilidade financeira da família.
- Situação Habitacional** – Na atual residência de Lisboa, a família enfrenta sérias dificuldades de alojamento, uma vez que o contrato de arrendamento tem prazo a terminar em **30 de junho de 2026**, sem possibilidade de renovação. A oferta habitacional recebida em Porto consiste num apartamento T2, devidamente mobilado, localizado na **Rua da Constituição, n.º 12, 4.º, 4000-123 Porto**, com contrato de arrendamento a termo certo até **30 de junho de 2029**.
- Apoio Familiar em Porto** – A mudança permitirá a proximidade de familiares diretos que residem em Porto (avó materna e tio materno), os quais se disponibilizaram a assumir a guarda temporária da menor **Ana Sofia Pereira**, de 8 anos, durante os períodos em que eu esteja em deslocação profissional. Esta rede de apoio é essencial para garantir a continuidade do acompanhamento escolar e o bem-estar emocional da criança.
- Saúde e Bem-Estar da Menor** – Desde **março de 2025**, a menor tem apresentado episódios de ansiedade relacionados com a instabilidade habitacional e a rotina escolar. Os profissionais de saúde (pediatra e psicólogo) recomendaram a manutenção de um ambiente estável e a proximidade de familiares que lhe ofereçam suporte afetivo. A mudança para Porto, onde a família extensa está presente, responde a esta necessidade.

3. Fundamentação Jurídica

Nos termos do artigo 1.699.º do **Código Civil**, a guarda e as responsabilidades parentais devem ser exercidas no melhor interesse da criança, considerando a sua estabilidade, segurança e desenvolvimento saudável. A alteração de domicílio do pai, motivada por razões objetivas e justificáveis (transferência profissional, oferta de emprego superior, apoio familiar e necessidades da menor), enquadra-se nas circunstâncias previstas no artigo 1.703.º, n.º 2, do **Código de Processo Civil**, que permite a modificação da regulação das responsabilidades parentais quando ocorram alterações relevantes nas circunstâncias fáticas.

4. Pedido

Face ao exposto, requer-se a V. Exa. que:

1. **Considere** as razões acima descritas como legítimas e devidamente fundamentadas para a mudança de residência do réu para a cidade do Porto;
2. **Reconsidere** a decisão de fixar o regime de visitas exclusivamente em Lisboa, permitindo a implementação de um novo regime de visitas supervisionadas, a realizar-se em Porto, nos termos que melhor se adequem ao interesse da menor;
3. **Autorize**, se necessário, a fixação de um regime de guarda partilhada que contemple a alternância de residência da menor entre Lisboa e Porto, assegurando a sua estabilidade e bem-estar;
4. **Determine** a realização de uma avaliação psicológica da menor, a cargo de perito nomeado por este Tribunal, a fim de corroborar a necessidade de um ambiente familiar estável e próximo dos seus avós.

5. Proposta de Regime de Visitas

Período	Local	Tipo de Visita	Observações
Segundas-feiras	Porto (residência do pai)	Visita supervisionada (30 min)	Perito ou familiar designado
Quintas-feiras	Lisboa (residência da mãe)	Visita não supervisionada (2 h)	
Fins de semana alternados	Alternar entre Lisboa e Porto	Visita prolongada (sábado-domingo)	Transporte a cargo do pai

6. Conclusão

A presente carta tem por objetivo esclarecer ao Tribunal as motivações objetivas e de boa-fé que levaram à mudança de domicílio, bem como demonstrar o compromisso do réu em assegurar o melhor interesse da menor Ana Sofia Pereira. Confia-se que, com a devida consideração dos factos aqui apresentados, seja possível chegar a um acordo que preserve a estabilidade emocional e a continuidade educativa da criança, sem prejuízo dos direitos de ambos os progenitores.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2026

José António Pereira

NIF: 213 456 789

Rua da Boavista, n.º 45, 3.º Esq., 1200-105 Lisboa

Telefone: 913 456 789

E-mail: jose.pereira@email.com